

Investigação

Ministério da Saúde contrata empresa acusada de garimpo ilegal na Amazônia

— Denunciada pelo MPF, extração de ouro fica em reserva biológica, próximo a área indígena; pasta firmou contratos de R\$ 14 milhões e diz que não compactua com crime

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

Sob a gestão de Nísia Trindade, o Ministério da Saúde firmou dois contratos, no valor total de R\$ 14,4 milhões, com uma empresa de táxi aéreo que responde na Justiça por garimpo de ouro ilegal em uma reserva biológica (Rebio) na Amazônia. A Pi-quiutuba Táxi Aéreo tem sede em Santarém (PA) e é acusada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal (MPF) de usar suas aeronaves para auxiliar um garimpo dentro da Reserva Biológica Maicuru, no norte do Pará, e próximo a indígenas isolados. Os sócios do garimpo é pai dos fundadores da Pi-quiutuba e construiu o grupo empresarial da família a partir da extração ilegal de ouro.

Procurado, o Ministério da Saúde disse que não compactua com o garimpo ilegal e informou que vai suspender os contratos com a Piquiatuba somente quando houver uma decisão desfavorável à empresa na Justiça. O advogado da companhia não se manifestou.

Os contratos foram firmados em junho e agosto do ano passado pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) de Tapajós e de Kaiapó Redenção – vinculados ao Ministério da Saúde, ambos no Pará – para serviço de fretamento de aeronaves nas regiões. Esses aviões são usados em missões de equipes de saúde para atendimento em comunidades indígenas.

Os acordos feitos pela pasta da Saúde vão na contramão da política ambiental anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prometeu tolerância zero no combate ao garimpo ilegal. O governo brasileiro também tem usado a defesa da Amazônia como pauta internacional.

CONTRATAÇÃO ANTIGA. A relação da Piquiatuba com a gestão pública, porém, não é de agora. Desde 2014, a empresa ganhou R\$ 181,7 milhões do governo federal, segundo dados do Portal da Transparência. Desse total, R\$ 24,9 milhões foram repassados pela atual administração petista.

Além dos dois novos contratos, o ministério renovou ou-



Garimpo do Limão fica em reserva biológica no Pará, ao lado de pista usada pela empresa Piquiatuba

tros dois acordos com a empresa denunciada. Um deles foi feito com o DSEI Amapá e Norte do Pará. A região, inclusive, abrange o garimpo ilegal de onde a companhia extraiu ouro de forma criminosa, segundo o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. O outro foi renovado com o distrito de Guamá-Tocantins.

“Fora identificada uma ampla gama de danos à unidade de conservação (...) todos estes danos diretamente relacionados à atuação dos denunciados”

Ministério Público Federal

A Piquituba e seus dois sócios, Edson Barros da Silva e Patrick Paiva da Silva, foram denunciados pelo MPF em maio de 2021 por atuarem na extração ilegal de ouro numa região conhecida como Garimpo do Limão, que fica a 10 quilômetros do território indígena Rio Paru d'Este. A terra indígena abrange os povos Aparaí, Wayana e isolados do alto Rio Itajitá.

De acordo com a acusação, a Piquiatuba usou seus aviões para auxiliar o empreendimento criminoso. A empresa realizou entre 2015 e 2018 cerca de 200 voos para o Garimpo do

Limão. Nesse mesmo período, Armando Amâncio da Silva vendeu e esquentou ao menos R\$ 13,4 milhões de ouro ilegal, segundo os investigadores.

OPERAÇÃO. Armando é fundador da Piquiatuba e pai dos atuais sócios da empresa. Ele morreu em outubro de 2020, três semanas depois de ter sido alvo da operação Ouro Frio, da Polícia Federal. Os investigadores encontraram 44,9 quilogramas de ouro ilegal na casa do empresário.

Armando nasceu em Gilbués, no sul do Piauí, e foi um dos milhares de nordestinos que se mudaram para a Amazônia atrás de ouro, na década de 1970. O garimpo fundado por ele, segundo a Polícia Federal, jamais teve autorização para extrair o minério.

O único jeito possível para acessar o Garimpo do Limão é por via aérea. Armando comprou seu primeiro monomotor logo na década de 1980. A partir daí, criou uma empresa de aviação – ao mesmo tempo em que extraía ouro de forma ilegal. Hoje, a Piquiatuba é a maior empresa de táxi aéreo do Norte e do Nordeste do País, com uma frota de 23 aeronaves e mais de 15 mil decolagens, segundo números publicados pela própria companhia.

Armando teve a punibilidade extinta em 2020 devido ao

seu óbito. A ação penal se manteve, no entanto, contra a Piquiatuba e os irmãos Edson e Patrick.

Edson é piloto de avião, assim como o pai, e casado com a vereadora de Santarém Adriana Almeida (União Brasil), aliada do ministro do Turismo, Celso Sabino (União Brasil). Patrick é responsável pelo setor de recursos humanos da companhia.

DANOS. Além da ação penal, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública contra a Piquiatuba. A Procuradoria pede que a empresa seja condenada a pagar R\$ 395,4 milhões por venda ilegal de ouro, danos ambientais e danos coletivos aos povos indígenas da terra Paru D'Este.

“Foi identificada uma ampla gama de danos à unidade de conservação, que vão desde o emprego absolutamente inadequado de substâncias tóxicas à saúde e altamente poluentes ao meio ambiente – no caso, mercúrio e cianeto –, ao revolvimento do solo e supressão vegetal, todos estes danos diretamente relacionados à atuação dos denunciados”, diz o Ministério Público.

A Controladoria-Geral da União (CGU) também já apontou um favorecimento da Piquituba Táxi Aéreo durante uma licitação feita em 2019 pe-

lo governo Jair Bolsonaro (PL) para atendimento na região da Terra Indígena Yanomami. O relatório de auditoria identificou que a escolha da empresa durante o pregão ocorreu antes mesmo da elaboração do projeto básico, o que reforça a tese de direcionamento.

Já em março do ano passado, a CGU levantou uma série de irregularidades na execução do contrato do Distritos Sanitários Especiais Indígenas Guamá-Tocantins com a Piquiatuba. Os prejuízos somam mais de R\$ 790 mil. Esse foi um dos acordos renovados pela gestão de Nísia Trindade.

'MEDIDAS CABÍVEIS'. Em nota ao *Estado*, o Ministério da Saúde ressaltou que não compactua com ações de garimpo ilegal e informou que vai aplicar "rigorosamente a legislação cabível no sentido de suspender imediatamente quaisquer relações com empresas comprovadamente envolvidas com atividades ilegais".

A pasta relatou acompanhar com atenção a conclusão dos inquéritos conduzidos e disse estar à disposição para colaborar com os órgãos de controle e autoridades judiciais.

Inquérito
Saúde promete suspender
relações com empresas
envolvidas com atividade
ilegal comprovada

O ministério destacou que o fretamento de aeronaves é de fundamental importância para a condução das ações de atenção à saúde dos povos indígenas, já que em várias aldeias o acesso é realizado apenas por via aérea.

“Sem esses serviços, os profissionais de saúde que prestam assistência aos indígenas ficam impossibilitados de acessar as aldeias nos territórios, além de resgates para remoção de indígenas que precisam de atendimento especializado. A contratação desses serviços segue o rito legal e os procedimentos administrativos regulares, e o Ministério adotará as medidas cabíveis assim que tomar conhecimento das decisões judiciais”, informou a nota. ●